



GRANDES INVESTIMENTOS, REASSENTAMENTOS E EFEITOS NO MEIO RURAL

Thomas Selemene e Uacitissa Mandamule, OMR

Maputo, 19 de Outubro de 2017

Estrutura da apresentação

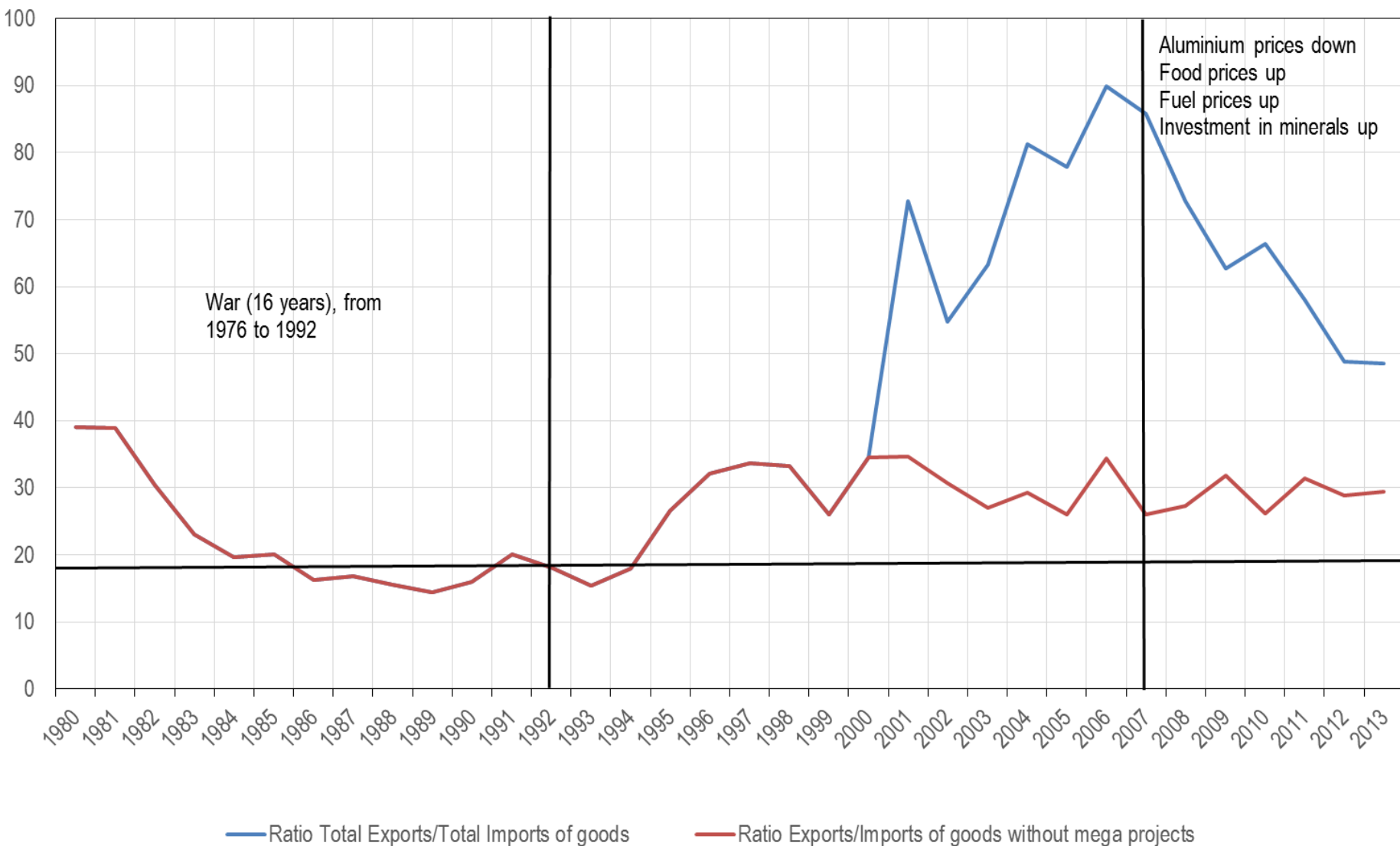
1. Grandes investimentos: conjuntura internacional e doméstica
2. Problemática dos reassentamentos
3. Efeitos dos grandes investimentos no meio rural
4. O Papel das organizações da sociedade civil

1. Grandes investimentos: *conjuntura internacional e doméstica*

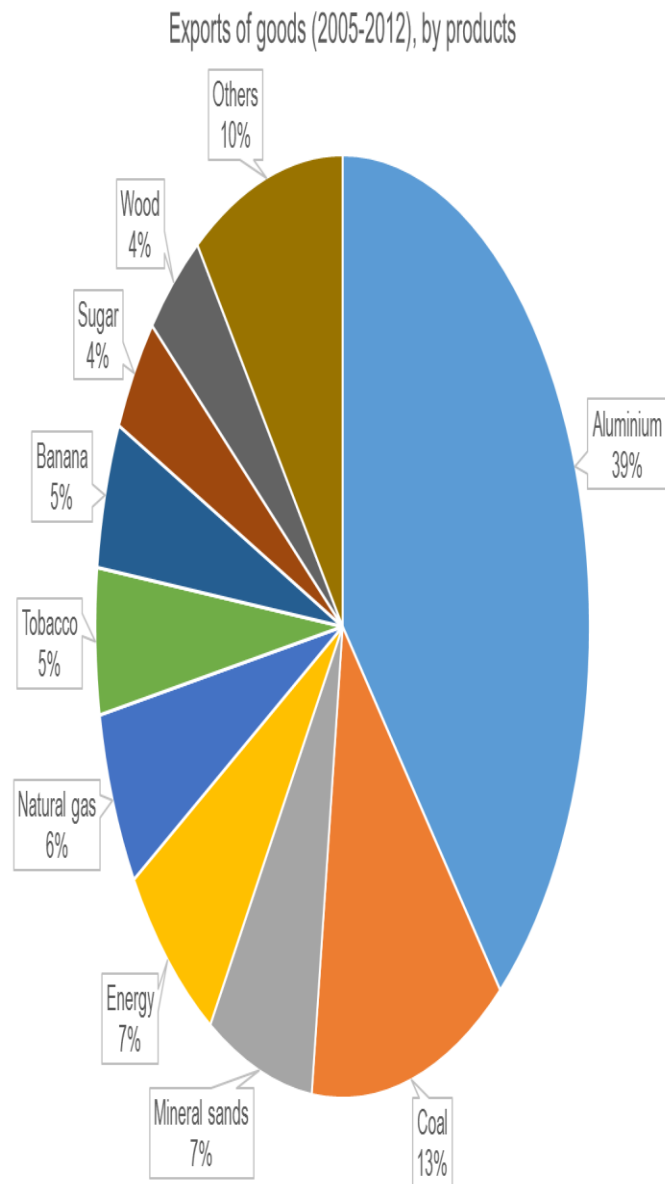
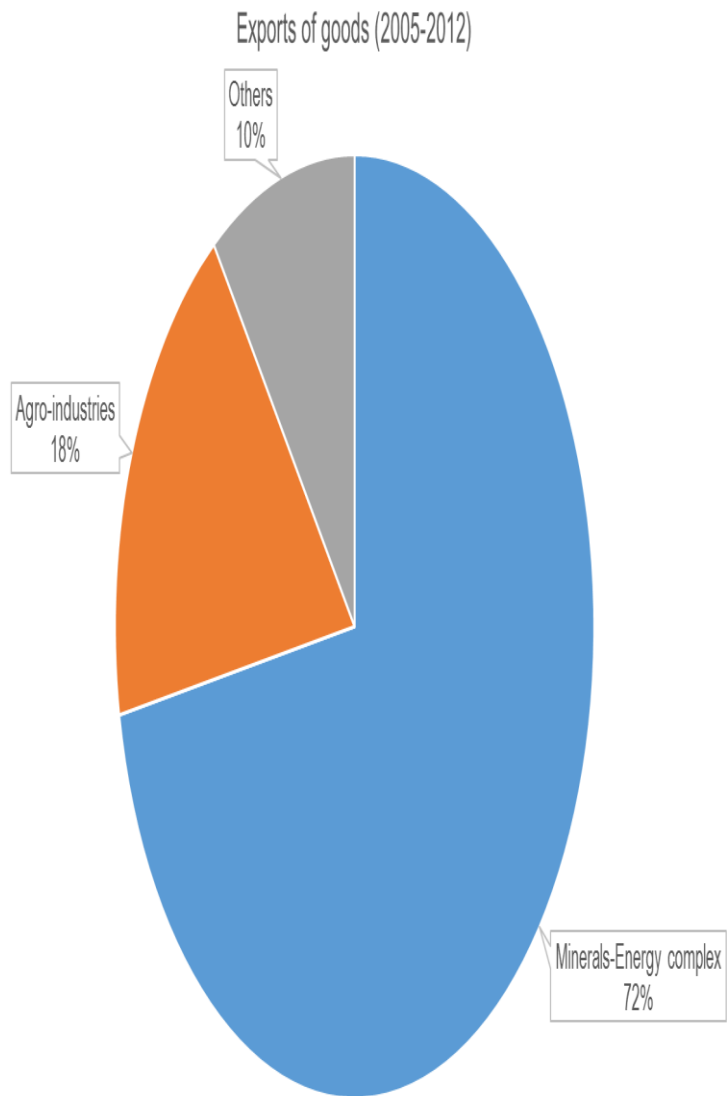
- Crise energética global; crise de matérias-primas e busca de fontes energéticas alternativas: complexo mineral energético (Fine & Rustomjee 1996);
- Paradigma extractivista: inevitabilidade da extracção de recursos minerais;
- Fase de transição da dependência da ajuda externa à dependência indústria extractiva (Selemane 2013);
- Recuperação do modelo económico colonial (Mosca 2010);
- Economia extractiva (Castel-Branco 2010) e extrovertida (Selemane 2017).

1.2 Grandes investimentos: efeitos na balança comercial

Coverage of Imports of Goods by Exports of Goods, with and without mega projects (in %)

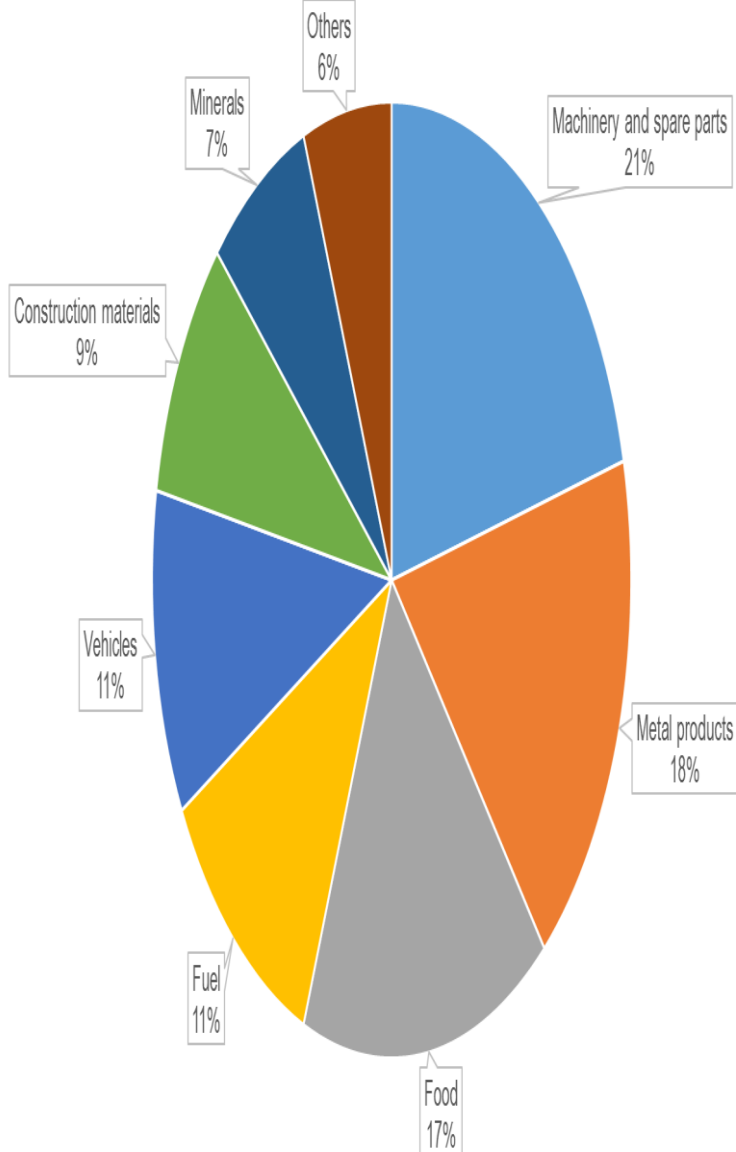


1.3 Exportações de Moçambique 2005-2012

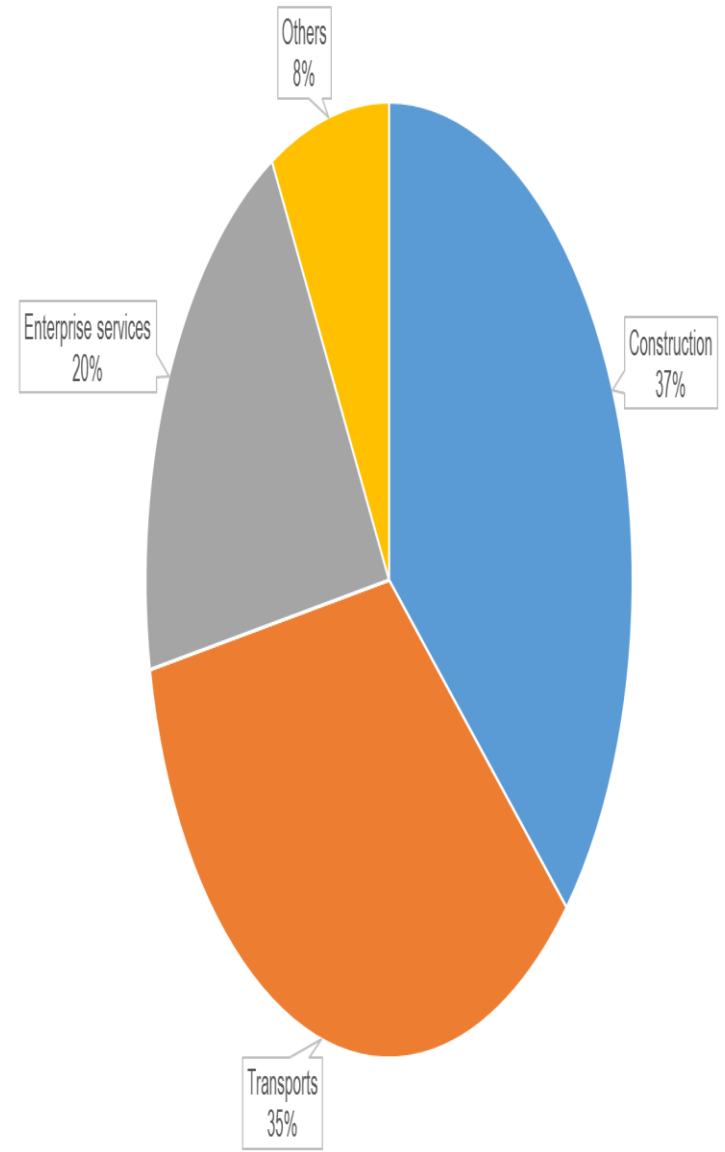


1.4 Importações de Moçambique 2005-2012

Imports of goods (2005-2012)



Imports of services (2005-2012)



2. Problemática dos Reassentamentos

- **Os reassentamentos são parte integrante** de um modelo de desenvolvimento capitalista centrado na extracção de recursos naturais e minerais (não renováveis), visto como inevitável.
- Assim, a inevitabilidade dos reassentamentos resulta da ideia da inevitabilidade do modelo económico extractivo, que perfaz o capitalismo predador que tem o conflito social como componente intrínseca (Selemanne 2010; Mosca e Selemanne 2012, Castel-Branco 2014, Selemanne 2016).
- **Os aspectos considerados negativos (o que falta, o que falha, o que está errado) do modelo de reassentamento são, na verdade, feitiço do modelo e não defeitos.**

2.1 Questionando os questionamentos à volta dos reassentamentos

- **A não observância de aspectos socioeconómicos e culturais nos processos de reassentamento:** *o Decreto 31/2012 de 8 de Agosto justifica a sua existência com um questionamento ao então modelo de reassentamento.*
- **No plano teórico, o regulamento foi concebido a pensar em camadas sociais pobres** porque pensava-se em reassentamentos feitos em zonas rurais para implantação de projectos.
- **No plano prático, não somente continua o desrespeito pelos aspectos socioeconómicos como há registo de incumprimento total do Decreto.** Veja-se o caso da Jindal em Tete.

2.2 Falta de informação e comunicação aos reassentados:

- Do ponto de vista legal pode-se criticar essa lacuna como “violação do art. 14 do Regulamento de Reassentamentos.”
- No geral, critica-se o défice de informação e comunicação verificado das autoridades governamentais para a população reassentada. Mas, de facto, o governo não possui informação independente das empresas .

2.3. Falhas na coordenação entre os diferentes níveis de governo:

- A descoordenação entre as entidades governamentais acontece de forma vertical e horizontal
- Essa descoordenação não pode ser resolvida sem que se resolva a base na qual assenta o modelo de reassentamento, que trata o sector dos recursos minerais como **‘dono do projecto mineiro’** e o sector do ambiente como **‘dono dos estudos de impacto ambiental’** onde são tratadas as questões ligadas ao reassentamento.
- Outros sectores (agricultura e segurança alimentar) são tratados como uma espécie de **‘convidados a assistir’** com a finalidade de “disponibilizar espaços para a prática de actividades de subsistência”. Outros sectores são simplesmente **ignorados** até à fase em que por algum conflito social (ex. Cateme, 2012), são lembrados e chamados a intervir (interior, defesa, economia e finanças).

2.4 Defeituosas avaliações dos bens da população reassentada e a determinação das indemnizações e compensações: Surgem dois problemas:

- i. **de natureza corporativa, comercial**, que procura minimizar até ao limite possível os custos do reassentamento, porque eles são contabilizados como custos de implementação do projecto, e por isso, devem ser mantidos em mínimos dos mínimos possíveis.
- ii. **de natureza técnica**: as equipas de pesquisa encarregues de fazer o censo dos afectados pelo reassentamento enfrentam, regra geral, limitações técnicas significativas que não lhes permitem captar nuances de “economia política” da comunidade a ser reassentada – consideram apenas bens mensuráveis monetariamente.

2.5 Participação pública: consulta ou negociação

- É suposto os reassentamentos serem realizados mediante uma “consulta pública” (art. 23 do Decreto 31/2012 de 8 de Agosto).
- Por cima do questionamento dos contornos da consulta pública é preciso questionar o modelo por detrás da consulta pública.
- Repare-se na terminologia do Regulamento que fala dos afectados como tendo direito de “dar opinião” e não de “decidir” – ver alínea f do art. 10 do Decreto 31/2012 de 8 de Agosto.
- Existe uma grande diferença entre opinar e decidir, entre consultar e negociar. A única forma que pode romper com a injustiça e o ciclo de empobrecimento das comunidades reassentadas é adoptar o formato de **negociação** e não de **consulta**.

Efeitos dos grandes projectos no meio rural

**Penetração do capital intensivo
(minas, agronegócio, indústria,
infra-estruturas e turismo)**

```
graph LR; A[Penetração do capital intensivo (minas, agronegócio, indústria, infra-estruturas e turismo)] --> B[Novos usos e ocupações de terra com conflitos associados, sem respeito pela legislação]; A --> C[Exploração não sustentada de recursos e Reassentamentos com migrações forçadas]; A --> D[Menores possibilidades de desenvolver actividades de diversificação e aumento da renda das famílias]; A --> E[Relações pouco cordiais entre as instituições públicas, privadas e da sociedade civil];
```

Novos usos e ocupações de terra com conflitos associados, sem respeito pela legislação

Exploração não sustentada de recursos e Reassentamentos com migrações forçadas

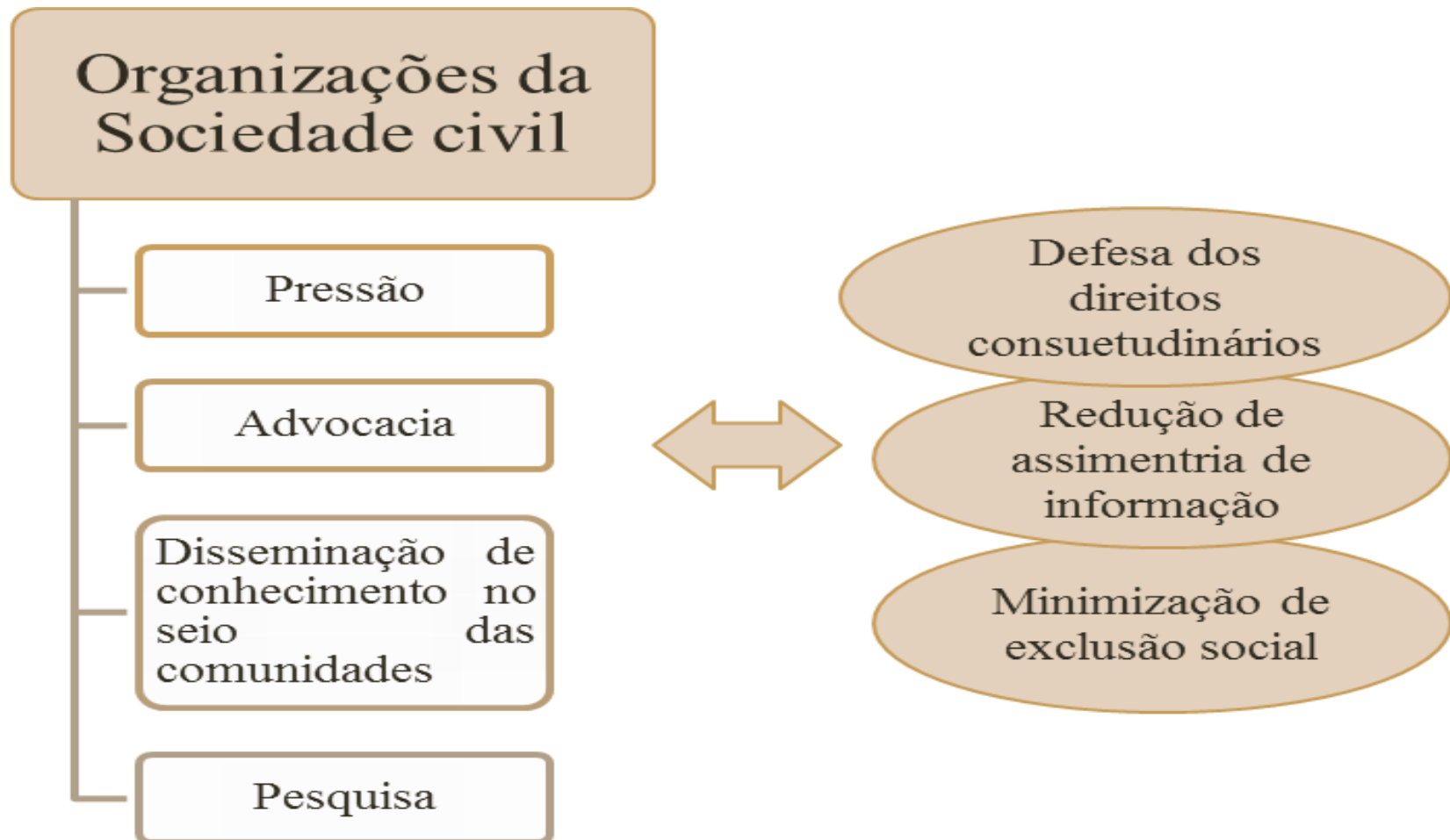
Menores possibilidades de desenvolver actividades de diversificação e aumento da renda das famílias

Relações pouco cordiais entre as instituições públicas, privadas e da sociedade civil

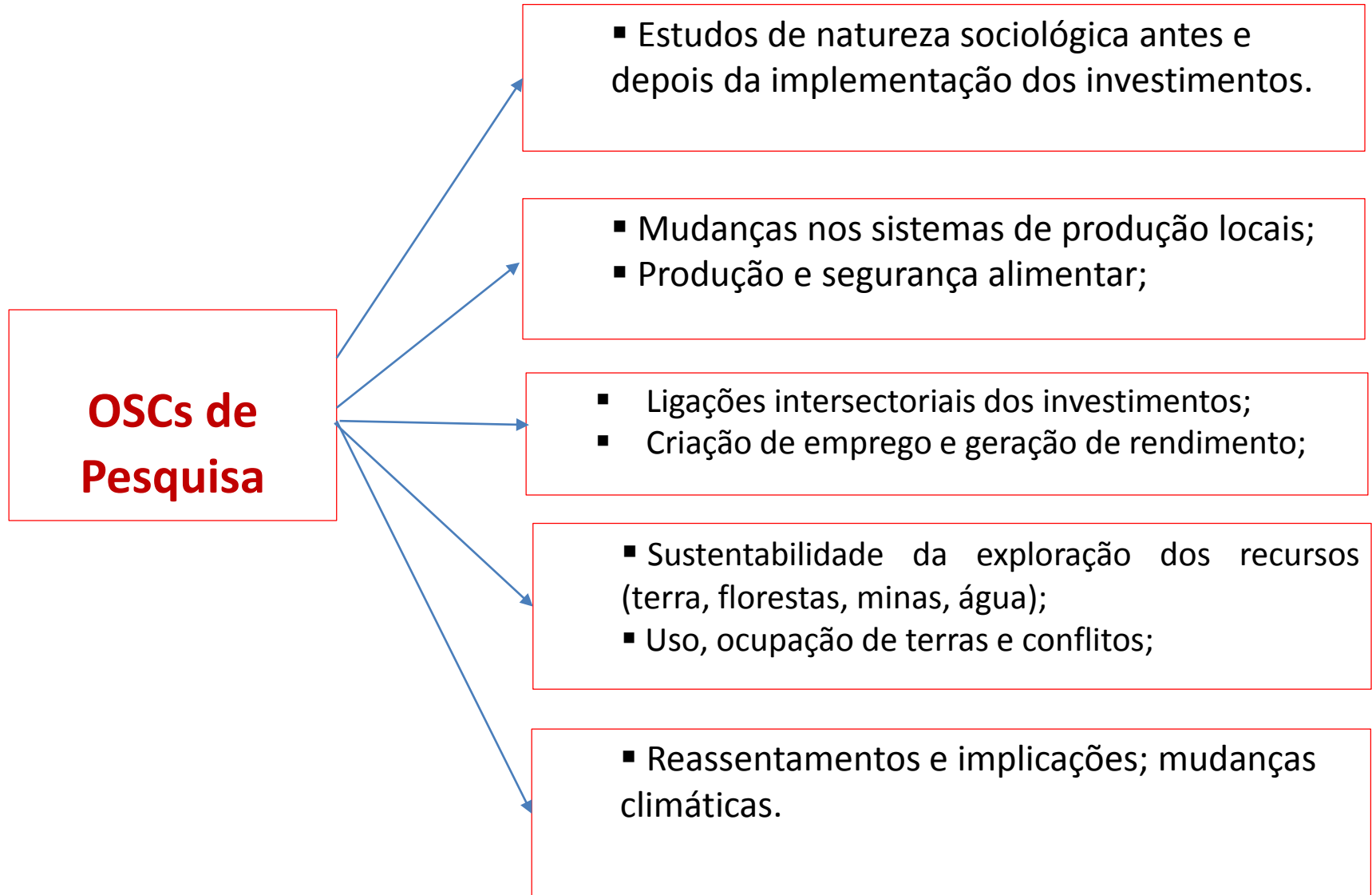
Efeitos nas principais zonas de penetração do capital no meio rural

Zona	Principais actividades e efeitos da penetração do capital
Corredor de Nacala	Conflito de terras; reassentamentos; novas actividades económicas em capital intensivo; mudanças de sistemas de produção locais; criação de emprego; défice democrático.
Corredor da Beira	Exploração não sustentada de recursos (florestas, fauna e minas); novas actividades económicas em capital intensivo; mudanças de sistemas de produção locais; criação de emprego; tráfegos de madeira, marfim e ouro; défice democrático.
Alta Zambézia	Exploração não sustentada de recursos (florestas e minas); novas actividades económicas em capital intensivo; mudanças de sistemas de produção locais; criação de emprego; tráfegos de madeira, marfim e ouro; défice democrático.
Moatize	Conflito de terras; reassentamentos; novas actividades económicas em capital intensivo; mudanças de sistemas de produção locais; criação de emprego; défice democrático.

Realidades actuais e papel da sociedade civil (1)

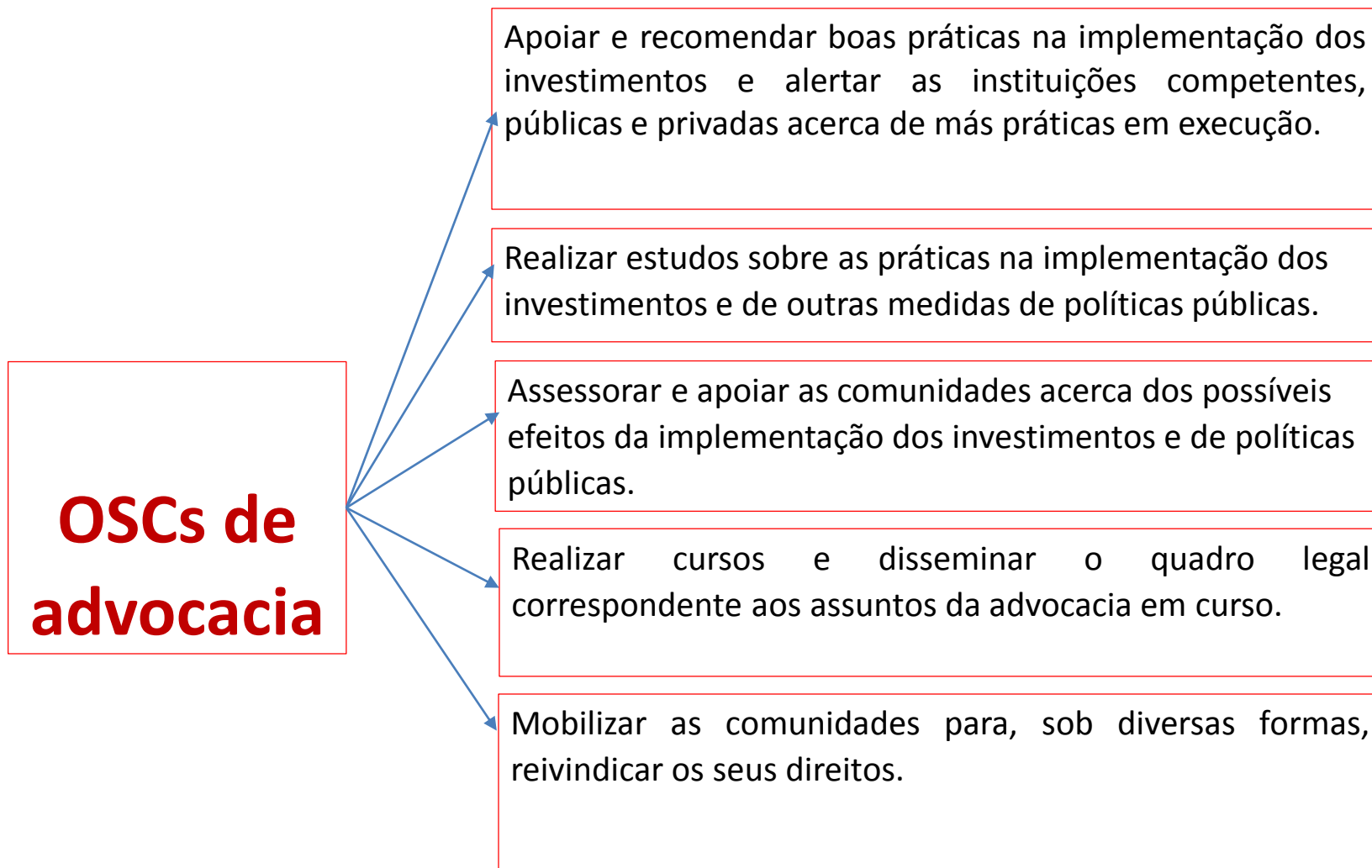


Realidades actuais e papel da sociedade civil ⁽²⁾

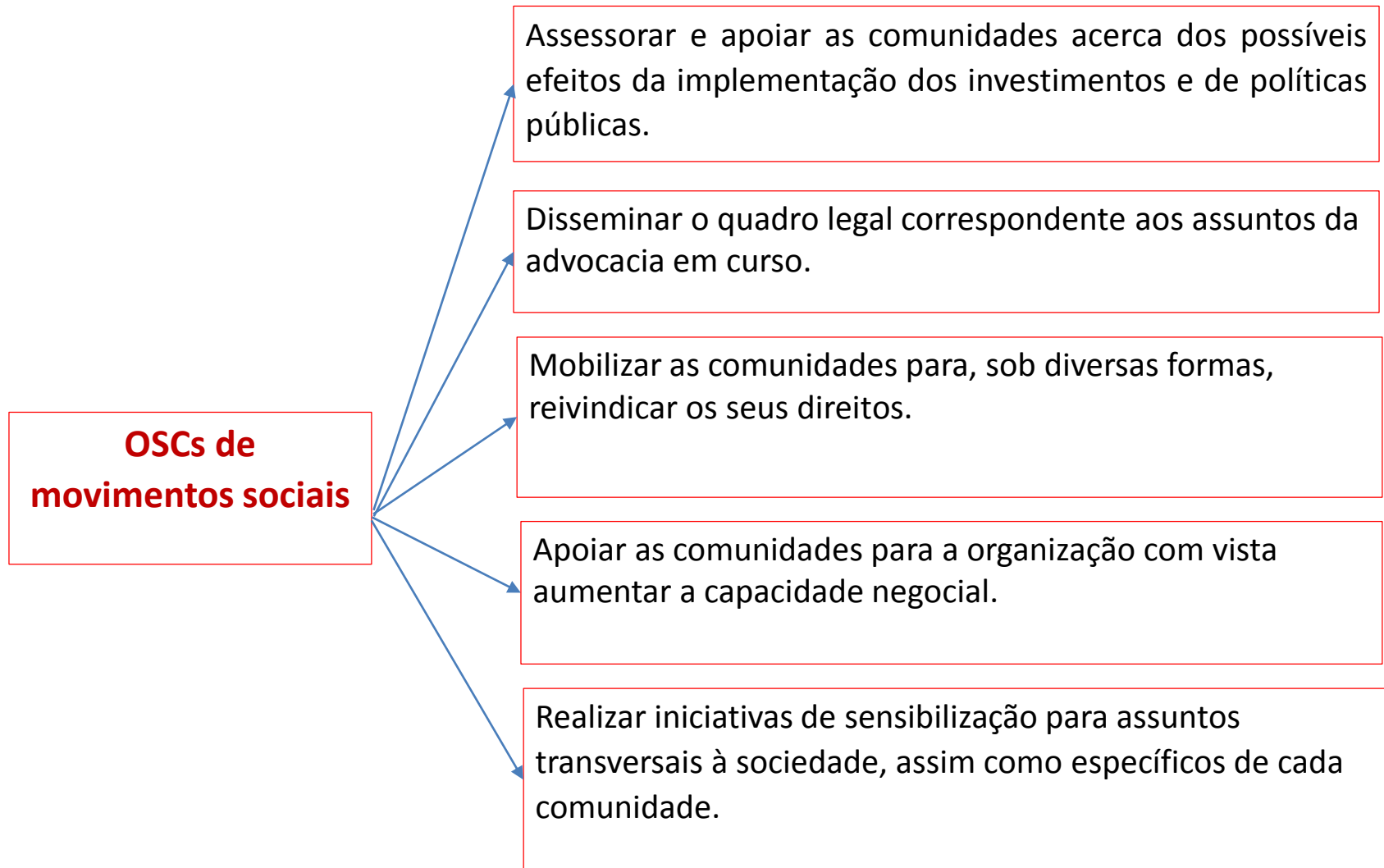


- Os efeitos dos investimentos no conjunto da economia: crescimento económico; balança de pagamentos; orçamento do Estado; poupança e investimento nacional; desenvolvimento do tecido económico doméstico; ambiente de negócios e competitividade da economia e dos respectivos sectores.
- **Realização de acções de advocacia através de:**
 - Debates/seminários e conferências, publicações, pareceres sobre projectos e programas junto dos órgãos centrais, OSCs centrais e locais, multinacionais e relações informais a diversos níveis;
 - Realização de trabalhos de campo em parcerias com OSCs locais e devolutivas como método de pesquisa.

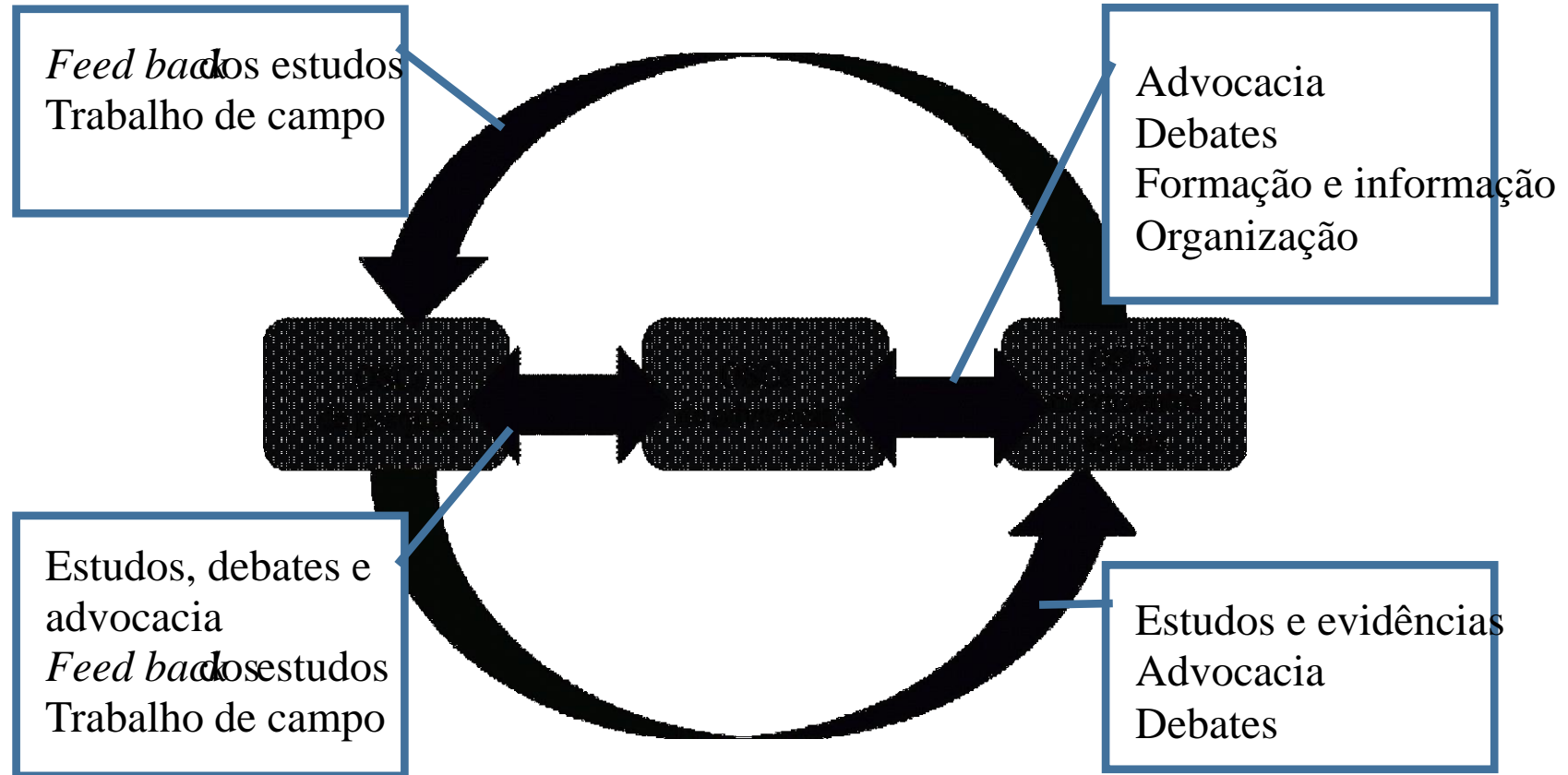
Realidades actuais e papel da sociedade civil ⁽³⁾



Realidades actuais e papel da sociedade civil (4)



Funcionalidades entre as OSCs



Fonte: Mandamule, Mosca e Bruna (2016).

Conclusões

- A implementação de modelos e estratégias de desenvolvimento rural e agrário implica a configuração e ajustamento permanente das articulações de interesses políticos e económicos, bem como um sistema de alianças sociais.
- Os reassentamentos acontecem num cenário de resistência, quer através de estratégias silenciosas e invisíveis baseadas em desobediência e no protesto quer em estratégias mais frontais, como marchas e participação em campanhas públicas.
- A forma como os processos de reassentamento é conduzida determina não só a qualidade de vida das comunidades afectadas, como o nível de desigualdades sociais, a nível local ou regional que, por sua vez, proporcionará ou não estabilidade social e política.
- A implementação de grandes investimentos carece de mecanismos de diálogo e de resolução de conflitos. Consequentemente, as situações de conflito são muitas vezes tratadas com autoritarismo e falta de transparência.
- Nestes contextos, as comunidades e a sociedade civil são as instituições que podem defender os interesses. Para o efeito é necessário aprofundar as formas de organização dos pequenos produtores, dos camponeses e das comunidades com formação, informação e organização para a reivindicação, de diferentes formas, dos seus direitos.



Muito obrigada!

www.omrmz.org